

A agricultura orgânica e a agricultura familiar

Yara M. Chagas de Carvalho¹

O movimento de agricultura orgânica surgiu do envolvimento de especialistas em agricultura, com formação formal ou informal, em reação as transformações do modelo tecnológico baseado no uso de produtos químicos. Isto levou à visão de que a transformação da realidade dependeria fundamentalmente da transformação gradativa do padrão tecnológico, sem considerar os limites e as potencialidades impostas pelo sistema econômico dominante. Os ideais do movimento: a preocupação com a qualidade do produto, com a saúde e qualidade de vida de agricultores/trabalhadores e consumidores, a justiça social e a preservação do ambiente foram em geral vistos como resultados certos da expansão do mercado orgânico. A realidade atual demonstra o contrário.

Na medida em que o interesse do consumidor cresce por este tipo de produto, que chega aos supermercados, uma “contra-revolução” se insere dentro do movimento. A crítica ao modelo hegemônico sempre deu ao orgânico um papel contestador, transformador, revolucionário. Hoje, através da comercialização indireta, impessoal é a lógica do mercado, do lucro, que está ameaçando transformar o movimento tornando-o semelhante ao padrão contestado, afastando-o da sua ideologia.

A luta do movimento orgânico para garantir a integridade dos seus ideais frente ao avassalador interesse do mercado deve ser compreendida pelo movimento brasileiro pela agricultura familiar como um esforço para continuar a garantir a sua viabilização econômica através do produto de qualidade orgânica. Caracteriza-se como um movimento social de regulação do mercado. A estruturação do mercado orgânico brasileiro baseada na Instrução Normativa 7 e 17 exige que qualquer certificadora orgânica no Brasil seja uma organização sem fins lucrativos, enquanto predomina internacionalmente a forma de empresas. Isto se reflete em políticas de preço e de procedimentos de atendimento aos pequenos produtores, diferenciada. A própria certificadora pode se transformar em instrumento de marginalização dos agricultores de baixa renda no mercado orgânico, como consequência das suas estratégias de maximização de lucro.

¹ PqC do IEA-SAA-SP. yacarvalho@iea.sp.gov.br. Presidente da AAO

A expansão da produção de frutas legumes e verduras em São Paulo, é um bom indicador deste novo cenário e o caso da Associação de Agricultura Orgânica-AAO, ilustra esta situação. A grande maioria dos seus produtores são agricultores familiares desenvolvendo horticultura que está sendo comercializada através de empresas, para o supermercado. Duas das três maiores empresas atuando neste mercado são gerenciadas por antigos produtores orgânicos que participam há muito tempo da construção da AAO e que já enfrentam concorrência de empresa que trabalha com produtores de maior escala.

A posição de intermediação entre um agente econômico em fase de fortalecimento no momento atual do capitalismo: o supermercado² e os agricultores familiares de produtos perecíveis dá a estas empresas o difícil papel de ser guardiã a cada momento e a cada decisão dos ideais do movimento, frente a sua apropriação pela lógica econômica do capitalismo. O supermercado ao definir seu contrato com as empresas age reproduzindo o seu poder de negociação frente a produtores convencionais. As empresas repassam aos produtores as condições obtidas nos contratos firmados. Produtores insatisfeitos com os termos da negociação olham para a empresa do movimento orgânico como a instituição responsável pelas precárias condições do contrato que ela lhes impõe.

Diante deste diagnóstico, duas estratégias podem ser vislumbradas. De um lado, cumpre valorizar e fortalecer canais diretos de comercialização: contratos diretos entre produtores e consumidores ou as redes de economia solidária. De outro, torna-se imperativo conhecer e tornar transparente as condições contratuais, de todos os elos do encadeamento produtivo orgânico, que inclui o supermercado,. Para aqueles que efetivamente estão comprometidos com os ideais sociais do movimento, é necessário buscar definir melhores condições contratuais que garantam uma distribuição mais equitativa dos ganhos obtidos nas diversas etapas do processo de produção, até o consumidor final: a certificação de mercado justo.

Tem se que construir a solidariedade entre consumidor e agricultores familiares, produtores de alimentos saudáveis e saborosos que não degradem o ambiente, revertendo o padrão nacional de acumulação que penaliza a agricultura através de preços baixos. O movimento orgânico nacional e suas certificadoras são elos importantes na viabilização do encadeamento produtivo orgânico da agricultura familiar.

² Green & Schaler, 1997.)